

Integralismo Lusitano: filosofia e política de acção também regional e local

José Manuel Cordeiro

Universidade Nova de Lisboa

Entendendo que não há movimentos doutrinários, políticos ou de intelectuais que não tenham na sua base uma concepção filosófica do mundo, convirá verificar se há base filosófica e política que sustente o Integralismo Lusitano desde 1913 até 1938¹, início e fim das publicações basilares deste movimento filosófico-político, bem como a sua relação com os movimentos integralistas regionais.

Entende-se que, pelo facto de ainda não ter sido produzido tal trabalho analítico com bases filosófico-políticas sobre os textos consagrados e expressos pelas revistas do Integralismo Lusitano sejam nacionais, regionais ou locais, o conhecimento existente sobre tão importante movimento de intelectuais da primeira metade do século XX se encontra ainda incompleto, apesar de já contar com inúmeros e valiosos estudos. Por um lado, estamos certos da riqueza do tema em apreço e, por outro, estamos certos de que ainda há espaço para a investigação neste tema, globalmente entendido como Integralismo Lusitano, nomeadamente questões de cariz filosófico-políticas que ainda não estão respondidas, bem como não poderia deixar de se analisar e estudar a sua implantação regional e local, pois sabe-se pela análise das revistas integralistas de cariz nacional que havia importantes núcleos integralistas regionais também com publicações e acção política próprias.

Tendo em consideração que há e houve críticas evidentes de similitudes entre o Integralismo Lusitano e a Action Française² deveria aclarar-se essa possibilidade cruzando as influências filosófico-políticas das duas correntes de pensamento e perceber se tal presumível similitude se dá com aquilo que se considera ser a primeira Action Française, a de Henri Vaugois e Maurice Pujo, ou a de Maurras³. Os estudos efectuados sobre o Integralismo Lusitano não têm

¹ Corresponde este período ao início da publicação do primeiro número da *Alma Portuguesa* até ao último número da *Nação Portuguesa*.

² Basta recordar a polémica coetânea ao movimento entre Raul Proença e Alberto de Monsaraz em 1921.

³ Cf.: Pierre Nora, « Les deux apogées de l'Action française », *Annales ESC*, jan-fev.1964, p. 127-141 ;Prévotat, Jacques - *Les catholiques et l'Action française. Histoire d'une condamnation 1899-1939*. Préface de René Rémond. Paris, Fayard, 2001 ; Victor Nguyen, *Aux origines de l'Action française. Intelligence et politique à l'aube du XXe siècle*, Paris,Fayard, 1991;-Catherine Pomeyrols et Claude Hauser, *L'Action française et l'étranger*,L'Harmattan, 2001;- Pierre-Jean Deschodt, Maurras dans la République et la République des lettres :contribution à l'histoire des idées politiques sous la Troisième République, thèse de doctorat menée sous la direction de François-Georges Dreyfus, Université Paris IV, 1997; Sternhell (Zeev), *Maurice Barrès et le nationalisme français*, Colin 1972 ;Sternhell

respondido a esta questão, pelo menos fundamentados e ancorados nas influências filosóficas mais marcantes destes dois movimentos: Blondel, Bergson, Comte e Maritain, por exemplo. Há, portanto, ainda que estudar, com algum pormenor, de que modo se poderá falar em “*filosofia da acção*” no movimento integralista luso, perceber se as polémicas Blondel e Maurras tiveram algum eco nos pensadores do integralismo lusitano, principalmente no que entendiam ser os conceitos de “integralismo” e “integrismo”.

Outro tema muito interessante seria o de se consagrar algumas linhas à defesa da ideia de “tradicionalismo integralista” operada pelos integralistas portugueses, na medida em que o tradicionalismo, enquanto corrente política, não era bem encarado pelos ultramontanos, e, por outro lado, ainda o porquê do distanciamento do que se dizia ser um “tradicionalismo saudosista” – um era activo, o outro passivo, diziam, estando aqui uma das possíveis interpretações, resta apurar da sua coerência.

Como mediar as concepções ontológicas da “Filosofia da Acção” de Blondel⁴ e as doutrinas políticas dos integralistas lusitanos? Estará nos conceitos de “Integrismo” (enquanto oposto a Modernismo) e “Catolicismo Integral” a chave da interpretação? Entendemos que sim.

Também as polémicas coetâneas dos movimentos políticos católicos enquadram estes dois movimentos de tal modo que também ainda carece de mais profunda explicitação a sua respectiva correlação, por exemplo, como se assumem as posições de Blondel e Laberthonnière que se encontram no pólo oposto dos tomistas pró-maurrasianos (v.gr., Jacques Maritain e o Abade Journet)⁵.

Interessa também escalpelizar as sibilinas aproximações entre Integralismo Lusitano e Nacionalismo(s), entre Integralismo Lusitano e Monarquia, entre Integralismo Lusitano e Corporativismo, entre centralismo e municipalismo, por exemplo. Convirá ainda averiguar se o movimento auto-denominado de Integralista Lusitano apresenta de facto um *corpus* coerente e característico de princípios político-filosóficos que nos permita afirmar, também, se tem um *corpus* doutrinalmente coerente e assente em tais princípios de tal modo que o caracterize e diferencie de outras correntes doutrinárias internacionalmente similares e se o seu

(Zeev), *La droite révolutionnaire, 1885-1914. Les origines françaises du fascisme*, Seuil, 1978 ;Bécarud (Jean), *Maurice Barrès et le Parlement de la Belle époque, 1906-1914*, Plon, 1987 e Eugen Weber, *L'action française*, Paris, Stock, 1962 (rééd. coll. "Pluriel", Fayard, 1985) entre outras obras de referência.

⁴ Principalmente as posições defendidas em “*L'Action : Essai d'une critique de la vie et d'une science de la pratique*”. Paris 1893. A influência de Blondel começa hoje a ser estudada com mais profundidade e aplicada a novas situações, veja-se por exemplo a recente tese de Diakiodi, Adrien : *La théorie blondélienne de socialisation : solution au problème d'intégration des étrangers dans l'Union européenne ? Recherches sociologiques sur l'action humaine* ; Université Paris Descartes, Paris V-Sorbonne, UFR Sciences humaines et sociales-Sorbonne, 2008, por isso será de fazer também uma análise em relação às influências coetâneas, nomeadamente no integralismo lusitano..

⁵ Veja-se a este propósito o trabalho de Maria Lúcia de Brito Moura “A Condenação da Action Française por Pio XI-repercussões em Portugal”, recentemente publicado na Revista de História das Ideias,[Tradição e Revolução] vol. 29/2008, pp. 545-582.

apregoado descentralismo era assim entendido pelos diversos núcleos regionais do integralismo lusitano.

Colocando-se a questão de se saber se as suas posições políticas de antítese serão análogas àquelas assumidas pelos movimentos estéticos que se tentam afirmar assumindo-se “Anti” e opositores a outros movimentos seus coetâneos ou predecessores, convirá esclarecer se as suas posturas são coerentes no que concerne às posições assumidas pelo órgão central do integralismo lusitano e as posições assumidas regionalmente.

Será que uma análise de mediação assente nos estudos da *herança*, da *recepção* e da *difusão* de ideais filosófico-políticos permitirá, também com base na História das Ideias Políticas, justificar este movimento dito oposicionista, Anti-Partidário, Anti-Parlamentarista, Anti-Republicano, Anti-Liberal, Anti-Eleitoral, etc.? Ora esta postura antitética também o fora em França por intermédio da Action Française⁶, mas com três alvos preferenciais: Anti-Parlamentarismo (aqui os movimentos eram coincidentes), Anti-Semitismo (apesar de não ser assumido pelo movimento integralista esta posição, há, no entanto, laivos que nos permitirão dizer que alguns integralistas o eram) e Anti-Protestantismo. Desta postura “Anti” poderão, evidentemente, ser analisadas as conhecidas polémicas com os intelectuais coetâneos, bem como os seus correlatos regionalistas e locais.

O movimento da Action Française descrente da França teve grande incremento com “l’Affaire Dreyfus”. E em Portugal terá sido o Ultimato Britânico ou o mero republicanismo a origem do movimento da descrença integralista? Que consequências para o movimento integralista e a sua doutrina? Estas são questões que podem orientar a pesquisa a efectuar sobre as presumíveis similitudes. Conviria também perceber quais as regiões do país que mais ligadas ficaram à monarquia e à república e daí verificar se há alguma relação dessa ligação com a da implantação do integralismo lusitano.

Ainda falta descortinar se o período que medeia entre o aparecimento da Revista *Alma Portuguesa* [Órgão do “Integralismo Lusitano” – *Revista de philosophia litteratura e arte, sociologia, educação, instrução e actualidades*](Louvain 1913) e o fim da publicação do diário “*A Monarquia*” (1917-1922) e o início da II^a Série da Nação Portuguesa (nesta novel série *Revista de Cultura Nacionalista*), tendo por meio a inultrapassável I^a Série da *Nação Portuguesa – Revista de Filosofia Política* (1914-1916) é, também, ao modo da Action Française, um período de “laboratório” onde se alinharão e tomarão lugar diferentes concepções político-filosóficas e diferentes concepções de organização do movimento do integralismo luso.

Concluída tal verificação deveria empreender-se uma análise da obra escrita e tida como primordial pelo movimento integralista para se poder elaborar, fundamentados na avaliação do trabalho definitivo e de demarcação de posturas de

⁶ Sobre a Action Française e os interessantes trabalhos a empreender e em curso vejam-se as actas do Colóquio «L’Action française: culture, politique, société», realizado em Paris — 21-23, Março de 2007, em www.maurras.net.

entre os seus cultores, aquilo que é próprio ao movimento integralista e aquilo que é partilhado com os movimentos nacionalistas, sejam nacionais sejam internacionais. Também interessaria verificar a ligação doutrinária entre os integralistas portugueses e os maiores cultores da Action Française (Jacques Bainville , Léon Daudet , Charles Maurras , Maurice Pujo, Henri Vaugeois...), assim como o movimento congénere brasileiro, uma vez que Plínio Salgado, tão citado entre os integralistas portugueses (nem sempre com o mesmo apreço, é certo!) foi o elo brasileiro da ligação inicial da assumida conexão dos dois movimentos, não descurando as relações com o movimento da “nación” espanhola e deste modo tentar determinar o que é que os unia e o que é que os separava doutrinariamente.

Desta primeira análise poderia resultar que ficasse plasmada uma abordagem operatória do que seria ou teria sido o Integralismo e o seu desiderato luso: Monarquia-orgânica, tradicionalista e antiparlamentar. Ainda está por esclarecer, na nossa opinião, se o movimento integralista pretendia uma *restauração* da monarquia ou uma “*instauração*”, é um tópico que convirá também aclarar, pois permitirá esclarecer muito dos movimentos e posturas político-sociais dos seus membros.

Poderia também enquadrar-se, ainda, o movimento com respeito pelas suas diversas matizes, nomeadamente as derivadas das cisões que são conhecidas dentro do movimento político-monárquico-católico e nas relações e posições políticas então assumidas em 1922 após o Pacto de Paris. Poderia, ainda, enquadrar-se o movimento do integralismo lusitano tendo respeito pelo impacto e influência das cisões nas obras de referência posteriormente editadas aos cismas, nomeadamente todas as restantes séries da *Nação Portuguesa - Revista de Cultura Nacionalista* até 1938 e a revista o *Integralismo Lusitano*, aparecida no dealbar dos anos trinta e que viu a sua publicação durante duas séries, com nomes de integralistas dissidentes da primeira e segunda cisões e que não se reviam no movimento nacionalista nomeadamente na sua concepção corporativista saída da “salazarquia”, como por eles era denominada a situação.

Outro campo a explorar é o da caracterização do movimento integralista na perspectiva da sociabilidade, isto é, ainda falta proceder, tanto quanto possível também a nível regional e local, a uma análise das “elites” sociais que suportavam este movimento (médicos, militares, advogados, professores, jornalistas, etc). Outro factor importante relacionado com a implementação regional do Integralismo Lusitano é o de perceber o nível de intervenção política regional e local dos correspondentes regionais com a “*Nação Portuguesa*” – nomeadamente o exemplo paradigmático da província do Algarve com “as notícias do Arade”, o núcleo integralista de Silves, seja o exemplo da sua intensa correspondência com a diáspora lusa nos Estados Unidos da América, nomeadamente em New-Bedford ou seja mesmo com as Colónias portuguesas , sobretudo, Moçambique.

Conviria ainda ter os termos, também, depois de descortinadas as características elitistas dos mentores deste movimento, das suas ligações ao movimento católico, pois não poderá ser despiciendo o modo como era entendida a posição do Vaticano em relação às posições maurrasianas, e saber-se até que ponto serão operacionalizáveis as noções de católicos-integralistas e integralista-católicos, o mesmo para integralistas-monárquicos e monárquicos-integralistas, e o mesmo, ainda, para integralistas-nacionalistas e nacionalistas-integralistas; estas *nuances* esclareceriam, no nosso entender, muitas das questões associadas a este movimento filosófico-político nacional.

Realizado tal trabalho estar-se-ia, ou não, mais apto para se poder inscrever e defender que o Integralismo Lusitano, apesar de ser também produto da sua época, se apresenta como uma corrente filosófico-política autónoma e não subsidiária de outras, seja a Action Française, seja o maurrasianismo (ou o que isto possa significar), seja o nacionalismo, seja o fascismo, etc., que não deixaram também elas mesmas de ser produtos da sua época.

Para que tal desiderato possa verificar-se ainda estamos carecidos de estudos regionais e locais do integralismo lusitano, eles seriam, necessariamente, um contributo inestimável para aclarar a real implementação e coerência doutrinal deste movimento e, também, uma nova área de investigação que se abriria para determinar quais as profundas raízes do Integralismo em terras de Portugal e dos “*Algarves de àquém e além mar*”. Do Integralismo Lusitano estará tudo dito? Não o cremos.